

Governo abre uma porta e fecha oito

Gama descentraliza atendimento no mês que vem. Mas outras cidades criam restrições nos centros de saúde para pacientes do Entorno

Beth Veloso
Da equipe do **Correio**

O plantão diurno e noturno ao relento para conseguir uma consulta de vista ou tratamento de pele em frente ao Centro de Saúde 8 do Gama vai acabar. A Secretaria de Saúde anunciou que, a partir do próximo mês, a população do Entorno poderá disputar uma vaga de ambulatório em qualquer uma das sete unidades de saúde da cidade, além do Hospital Regional. Hoje os moradores das cidades vizinhas do Distrito Federal só têm acesso ao atendimento ambulatorial no Gama por meio do Centro de Saúde 8, em qualquer especialidade.

Ilusão pensar que isso vai facilitar a vida de quem não mora no Distrito Federal e vem em busca de socorro médico. Simultaneamente, também a partir de dezembro, centros de saúde de oito cidades só marcarão consultas por meio da equipe do

Saúde em Casa, onde o programa já foi adotado.

Isso quer dizer que em Santa Maria, São Sebastião, Planaltina, Sobradinho, Recanto das Emas, Ceilândia, Samambaia e Brazlândia as portas dos centros de saúde serão fechadas aos doentes que vêm de Goiás, Minas Gerais ou qualquer outro estado. Eles terão acesso apenas aos hospitais, se for caso de emergência.

RESTRIÇÃO

A decisão da Secretaria de Saúde é uma tentativa de diminuir a pressão das cidades do Entorno sobre a rede pública de saúde do Distrito Federal. “Hoje de 30% a 40% dos pacientes vêm de fora. Em 1996 fizemos 5,5 milhões de consultas. Cerca de 3 milhões foram do Distrito Federal. O resto é de fora”, estima a secretária de Saúde, Maria José Maninha.

Segundo a secretária, o governo recebe R\$ 7,3 milhões por mês do Sistema Único de Saúde (SUS), verba cor-

Carlos Moura



Maninha: só casos de emergência do Entorno serão atendidos em Brasília

respondente ao atendimento de 1,8 milhão de pessoas. Do mesmo porte populacional, Belo Horizonte recebe R\$ 18 milhões, de acordo com Maninha. O disparate é porque aqui são atendidos pacientes de várias cidades além das fronteiras do Distrito Federal, mas o governo não recebe nada por eles.

Os recursos pagos pelo Ministério da Saúde, por meio do SUS, ficam com os municípios de origem, que não prestam o serviço que deveriam fazer. Só de Goiás, 32 municípios “exportam” pacientes para Brasília. “

Não posso criar barreiras em torno do Distrito Federal. A Constituição diz que o acesso à saúde é universal e igualitário para toda a população brasileira”, diz Maninha. “Ninguém recusa atendimento. Mas vamos criar restrições”, admite.

A secretária revela que, de janeiro a setembro deste ano, o governo gastou R\$ 6 milhões com o tratamento de usuários procedentes de Goiás. A expectativa é de que a despesa até dezembro chegue a R\$ 12 milhões. A secretária denuncia que, diariamente, ambulâncias “despejam” doentes

nos hospitais, especialmente Taguatinga, Gama, Planaltina e Hospital de Base, estrangulando um sistema que já é precário e insuficiente. A prefeitura de Paracatu (MG), por exemplo, usa um microônibus no transporte de pacientes.

CONVÊNIO

“As prefeituras não se preocupam em criar uma organização mínima de saúde. É mais fácil o prefeito comprar uma ambulância do que criar um programa como o Saúde em Casa”, acusa Maninha. “Valparaíso tem apenas um posto de saúde, Brasília (Planaltina de Goiás) tem um hospital pequeno, Formosa tem um hospital que está fechando e Águas Lindas, um centro de saúde para 100 mil habitantes”, revela Maninha.

Para solucionar o problema, o governo tentou firmar convênio com várias prefeituras de Minas e Goiás, para ser reembolsado pelos atendimentos de seus moradores. “Devemos fechar em breve um consórcio com municípios de Minas Gerais. Mas Goiás lavou as mãos e não toma nenhuma iniciativa”, afirma.

O secretário de Saúde de Goiás, Cairo Alberto de Freitas, não deu entrevista.